

**INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA AEP - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL, JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA DE BARROS, NA SESSÃO "NANOVALOR: POLÍTICAS PÚBLICAS, TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E INVESTIMENTOS EM NANOTECNOLOGIA" SOB O TEMA "AS POLÍTICAS PÚBLICAS EUROREGIONAIS E O IMPORTANTE CONTRIBUTO DAS ASSOCIAÇÕES INDUSTRIAIS PARA A PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS", NO CENTRO DE CONGRESSOS DA ALFÂNDEGA DO PORTO, NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2013.**

**"As políticas públicas euro-regionais e o importante contributo das associações industriais para a promoção da inovação e competitividade das empresas"**

➤ **Sobre as políticas públicas de âmbito nacional**

No atual contexto, **a recuperação da economia portuguesa, a curto prazo, terá de continuar a assentar, necessariamente, numa maior internacionalização das empresas**, designadamente no incremento das exportações, mas também na substituição de importações.

**O bom desempenho das exportações portuguesas concorre para um objetivo de carater conjuntural**, como **resposta à contracção da actividade económica** no nosso País, particularmente **marcada por uma forte redução da procura interna** (generalizada a todas as suas componentes), **e também estrutural**, no sentido de **eleva o peso das exportações de bens e serviços no PIB**, actualmente em torno de 40%, para um patamar superior, isto é, próximo do valor observado por países europeus de dimensão semelhante.

**Estes dois propósitos reclamam exigências em vários domínios. Desde logo, uma orientação das políticas públicas, mas, também, das estratégias empresariais em favor dos bens e serviços transacionáveis.**

**Ao longo das últimas décadas, assistiu-se a uma orientação estratégica errada** em termos de modelo de crescimento da economia portuguesa, **traduzida no afastamento do investimento de sectores mais expostos à concorrência internacional** ("sectores transacionáveis" da economia, como é por excelência a indústria transformadora), **em regra com maiores ganhos potenciais de produtividade e de eficiência**, por contraponto a uma concentração em sectores "mais protegidos" (sectores regulados, como a eletricidade e as telecomunicações, ou as infraestruturas), que foram apoiados pelas políticas públicas e pela banca.

**Esta situação teve como consequência um conjunto de custos excessivos (rendas do setor energético; Parcerias Público Privadas; SCUTs ...) que penalizaram seriamente aquele que deveria ser considerado o principal motor de desenvolvimento económico: o setor industrial!**

**Esta tendência foi particularmente gravosa para as regiões Norte e Centro do País, especializadas na produção de bens transacionáveis e com forte orientação exportadora.**

**Desta forma, o nosso país tem vindo a assistir a uma crescente “desindustrialização”,** traduzida na redução do peso relativo da indústria transformadora na produção e no emprego. Ao nível da UE27 há, contudo, algumas exceções, como é o caso da Alemanha, que conseguiu sustentar esta tendência, mantendo assim um forte peso do tecido industrial, com as repercussões que conhecemos em termos do seu desenvolvimento económico.

**Em resultado da desindustrialização, as exportações portuguesas não cresceram tanto como deveriam** (basta pensar que perto de dois terços das exportações totais portuguesas são de bens fabricados por este setor de atividade, já para não referir a importância que tem vindo, crescentemente, a desempenhar ao nível da substituição de importações). Consequentemente, a parcela da nossa produção total que é exportada não aumentou quanto seria desejável.

Sabemos, porém, que **a competitividade presente e futura do País só será possível com a existência de uma indústria forte**, capaz de ser o suporte de várias atividades e de resolver, ou pelo menos minimizar, os problemas do desemprego e do desequilíbrio externo.

Contudo, **há indicadores que mostram de forma muito clara que se nada for feito** é de esperar que **as exportações portuguesas não vão poder continuar a aumentar por muito mais tempo!**

**Há vários anos que vimos assistindo a uma evolução negativa e continuada do investimento (FBCF)**, o que, aliado ao grande número de insolvências, com encerramento das empresas e perda dos seus equipamentos produtivos, que se tem verificado, não nos vai permitir dispor de aparelho de produção capaz de alcançar as metas definidas para a intensidade exportadora.

Em 2012 o investimento acentuou de forma expressiva a tendência de quebra registada ao longo dos últimos anos, com uma variação em termos reais de -14,4%, contra -11,3%, em 2011 e -4,1% em 2010. A **taxa de investimento**, medida pelo peso da FBCF no PIB, registou uma redução significativa, **atingindo o valor mais baixo desde o ano de 1978.**

De notar que **os dados do comércio internacional divulgados esta semana pelo INE mostram um recuo das exportações portuguesas de bens no mês de dezembro de 2012** (variação homóloga de **-3,2%**), embora **no cômputo do ano se tenha registado um acréscimo de 5,8%** (ainda assim, muito abaixo do valor observado em 2011, de 15%).

É certo que a evolução negativa da economia da zona euro, onde se concentra os nossos principais parceiros comerciais, e a subida do euro face a outras divisas prejudicaram as exportações para o espaço comunitário e extracomunitário, respetivamente.

Contudo, considero que **não devemos negligenciar que este forte abrandamento das exportações poderá também estar associado, em parte, à evolução muito negativa da FBCF, em particular do investimento empresarial. Será também este um sinal de que começa a estreitar a margem para aumentos significativos das exportações?**

Por tudo isto, **tenho vindo a defender a necessidade da política económica redobrar o seu perfil de política pública dirigida às empresas** (fundamentalmente às actividades de bens e serviços transaccionáveis, que permitam aumentar as exportações, ou substituir importações) **e ao seu meio envolvente.**

**O lançamento de estímulos ao investimento nos setores transacionáveis da economia**, visando permitir um crescimento sustentado das exportações ou a substituição de importações em áreas onde o País dispõe dos necessários recursos e competências, **apresenta-se como um aspeto particularmente relevante.**

Relativamente às perspetivas, a curto prazo, para a economia portuguesa, pode ler-se no último Boletim Económico do Banco de Portugal (Inverno 2012) o seguinte: *O grande desafio com que Portugal está confrontado neste momento é o de promover o desenvolvimento económico num novo quadro institucional. A implementação coerente de reformas nos mercados de trabalho e do produto, o aumento da eficiência do sistema judicial e a redefinição do papel do Estado são fatores fundamentais para estimular o investimento, a inovação e o progresso técnico, sem os quais não existirá crescimento sustentável, mas acima de tudo não existirá desenvolvimento económico. O esforço e os recursos despendidos com políticas de apoio à criação de emprego só terão sucesso se os entraves ao investimento forem removidos. O desafio do desenvolvimento económico passa pela mobilização dos agentes económicos e sociais para a necessidade e benefícios de reformas que assegurem níveis de bem-estar compatíveis com a manutenção do consenso institucional e da coesão social.*

➤ **O contributo da AEP para a promoção da inovação e competitividade das empresas**

É, pois, necessário que as empresas portuguesas, sobretudo as produtoras de bens e serviços transacionáveis, consigam ganhos de competitividade que possibilitem, numa conjuntura difícil, aumentar as exportações conquistando maiores quotas de mercado. Para tal **é essencial**, por um lado, um esforço de contenção de custos, mas sobretudo de **aumento de produtividade através da inovação tecnológica ao nível dos produtos e dos processos**, sem descuidar a inovação na função comercial e organizacional.

Como tenho referido noutras ocasiões, **internacionalização, competitividade e inovação são os três vértices do triângulo: internacionalização que só será possível com competitividade, competitividade que requer inovação, tecnologia e investigação e desenvolvimento (I&D).**

**O reforço da internacionalização, da competitividade e da inovação** são, por isso, objetivos fundamentais que **requerem um esforço conjunto de vários agentes económicos: entidades do sistema científico e tecnológico, empresas e estruturas associativas que as representam.**

**A AEP** sente a obrigação de contribuir para estimular este reforço, pelo que **tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos um conjunto de ações de apoio às empresas**, muitas por sua própria iniciativa e outras em parceria com outras entidades, sempre em prol da competitividade do tecido empresarial e, de modo mais abrangente, do desenvolvimento do País, entre as quais destaco:

- O **Redimensionamento empresarial** (através do programa Dimensão e Transmissão Empresarial), visando o ganho de dimensão e de massa crítica para vencer nos mercados internacionais (atendendo a que a esmagadora maioria do tecido empresarial é composto por PME de dimensão muito reduzida);

- A **internacionalização e a diversificação de mercados das empresas portuguesas**. No quadro da sua estratégia de apoio à internacionalização, a AEP tem vindo a desenvolver o **projecto *Business on the Way***, que conta com o apoio do QREN, ao abrigo do qual leva um conjunto alargado de empresas a missões ou a feiras internacionais a algumas dezenas de destinos diferentes, estando previstas cerca de 50 ações deste tipo para 2013.

- A **promoção do consumo de produtos produzidos em Portugal**, no sentido de permitir a substituição de importações. É neste contexto que a AEP tem vindo a promover o programa de sensibilização para o consumo de produtos e marcas nacionais com o projeto **"Compro o que é nosso"** (que **evoluiu agora para "Portugal Sou Eu"**).

Destaco também **inúmeras ações** realizadas pela AEP, **como o reforço da formação profissional e outras que incitam à adoção generalizada das melhores práticas por parte do universo empresarial** (de que são exemplos os projetos “Efinerg”, “Certif-ambiental”, “Inter-resíduos” e “ECO2”), conseguindo por essa via um acréscimo do valor acrescentado e, portanto, um aumento da riqueza, da competitividade e um desenvolvimento sustentável do nosso País.

Sem falsa modéstia, **saliento ainda o papel da AEP**, desde há longa data, **na procura de soluções para as necessidades financeiras das empresas, quer de investimento quer de funcionamento**, propondo a utilização do Sistema Nacional de Garantia Mútua, com contrapartida pública, pelo seu elevado potencial de alavancagem, **de que são exemplos as primeiras linhas PME Investe e a extensão do prazo de amortização das mesmas, bem como as linhas de apoio à capitalização das empresas privadas agora criadas**, cujo protocolo foi assinado, no início deste mês, entre o IAPMEI, a Caixa Geral de Depósitos, o Sistema Nacional de Garantia Mútua (ao nível da partilha de risco) e a PME Investimentos (enquanto entidade gestora da Linha), **para a operacionalização da Linha de Crédito Caixa Capitalização.**

➤ **As políticas euro-regionais: o papel da nova macro-região europeia “Regiões do Sudoeste Europeu” - RESOE**

A política europeia de desenvolvimento regional ter-se-á iniciado em 1975, com a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Esta política viria a ser reforçada com a adesão conjunta de Portugal e da Espanha à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986.

**Portugal e Espanha iniciaram ao mesmo tempo o caminho no sentido da integração e da cooperação económica internacional.** Aderiram à União Europeia na mesma altura e isso trouxe a ambos idênticos desafios e oportunidades.

**A criação da nova Macro-Região “Regiões do Sudoeste Europeu” – RESOE**, que integra o Norte de Portugal, a Galiza e Castela-Leão, **é sem dúvida um exemplo de que continuamos juntos nessa caminhada.** Porém, a nova Macro-Região foi já considerada pelas instâncias europeias de dimensão reduzida, apontando-se para a necessidade de atingir uma maior dimensão e escala, através de um alargamento a outras regiões.

Assim, a região Centro de Portugal, as Astúrias e a Cantábria, em Espanha, a Aquitânia do Sul, Poitou-Charentes, a Bretanha e até a Baixa Normandia, em França, deveriam ser convocadas a aderir a este projeto.

A RESOE teria assim uma dimensão “comparável” às Macro-Regiões do Báltico, do Danúbio e Adriático-Jónica, criadas com diferentes objetivos, mas visando idênticas finalidades.

**Reconheço a enorme importância desta “nova arquitetura regional” (tendo sido convidado a participar desde a primeira hora nas reuniões da RESOE), como forma de partilhar estratégias e obter sinergias no âmbito de diferentes áreas.**

**Atendendo a que no âmbito do horizonte no novo Quadro Comunitário 2014-2020 a escala macro-regional é considerada como a mais adequada, com vista à implementação de diversas políticas de âmbito europeu e, conseqüentemente, à capacidade de concorrer e beneficiar de fundos comunitários, há aqui uma janela de oportunidade para o desenvolvimento de projetos de investimento de grande monta e de caráter transnacional, que sirva simultaneamente os interesses regionais, nacionais e europeus.**

**Naturalmente, o pleno aproveitamento das oportunidades de negócio que se vislumbram exige da parte do tecido empresarial competências e recursos que muitas vezes não possuem, em particular as empresas de menor dimensão.**

**Neste âmbito, torna-se particularmente importante colocar as competências em matéria de I&D de que o nosso País dispõe ao serviço de estratégias de inovação e internacionalização das empresas, que resultem em ideias de negócio, em novos produtos e serviços baseados em conhecimento e tecnologia, com reconhecido valor económico, e em processos mais eficientes, visando o aumento da sua competitividade.**

**Há um reconhecimento generalizado de que o conhecimento e a inovação são cada vez mais os motores das economias dinâmicas e competitivas. Esta evidência reforça a importância da ligação entre o “saber” e o “fazer”, tornando clara a necessidade de reforçar a concertação de dois mundos com finalidades, mentalidades e linguagens distintas: tecido empresarial e centros de investigação e do “saber”.**

**A AEP tem vindo a defender a necessidade de valorização económica do conhecimento gerado, através da sua transferência para o universo empresarial.**

**Esta deverá ser conseguida através de uma maior interação entre as universidades e as empresas, devendo estas apresentar aos centros de saber os problemas com que se defrontam no desenvolvimento de novas tecnologias ou produtos, e aquelas canalizar boa parte da sua despesa em I&D ou com mestrados e doutoramentos para aquelas necessidades. Uma forma eficiente de o conseguir seria fazer depender parte do financiamento dos centros do conhecimento dos contratos de desenvolvimento que estabelecessem com as empresas.**

**Por outro lado, a presença, através de estágios ou comunicações, dos jovens mestres e doutores nas empresas, bem como a participação de empresários, empreendedores e técnicos superiores, nos currícula dos estabelecimentos de ensino superior técnico ou científico, deveria ser muito mais estimulada, diria mesmo, obrigatória.**

**O desenvolvimento de polos de conhecimento, como é o caso do Pólo de Competitividade em Nanotecnologia, coloca-se com especial acuidade ao nível de uma maior aproximação entre estes dois mundos.**

**Com efeito, a nanotecnologia apresenta-se como uma área muito promissora ao nível da sua aplicação, não só no setor industrial, mas também num leque mais alargado de atuação, podendo ir das indústrias metalomecânicas mais tradicionais até às áreas da saúde e da biologia.**

Temos já alguns casos de setores empresariais que têm vindo a explorar esta área de aplicação e nichos de mercado a ela associados, mas é desejável multiplicar estes casos de sucesso, aumentando a sua expressividade na generalidade da economia da Euroregião Norte de Portugal-Galiza.

Estou certo que o Projeto Nanovalor contribuirá, a muito breve prazo, para uma maior coesão social e territorial, no sentido da convergência da Euroregião Norte de Portugal-Galiza para níveis de competitividade e de sustentabilidade económica mais próximos dos padrões médios europeus, potenciando a sua força no quadro europeu e internacional.

Muito obrigado.

José António Ferreira de Barros  
Presidente da AEP